



# CONSELHO DA COMUNIDADE DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE MARINGÁ CCEPMA

Rua Joubert de Carvalho, 623 6º Andar Sala 603  
Edifício Atalaia Maringá – PR  
Telefone: (44) 3031-6063 e-mail: ccepmapr@hotmail.com

## PROJETO GDUCC – GRUPO DE DIÁLOGO UNIVERSIDADE, CÁRCERE E COMUNIDADE

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

- 1.1. Nome da Entidade Proponente: Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá
- 1.3. CNPJ: 04.802.768/000130
- 1.4. Endereço completo: Rua Joubert de Carvalho, 623
- 1.4 Telefone: (44) 3031-6063
- 1.5. E-mail: [ccepmapr@hotmail.com](mailto:ccepmapr@hotmail.com) ou [ccepma.maringa@gmail.com](mailto:ccepma.maringa@gmail.com)
- 1.6. Dirigente: Helena Maria Ramos dos Santos
- 17. RG: 3.119.451-2
- 1.8. CPF: 717.188.939-49
- 1.9 Cargo/gestão: Presidente/2017-2020

- 2. **COORDENADOR DO PROJETO:** Prof. Dr.º Alexandre Ribas de Paulo –  
Universidade Estadual de Maringá

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/JUSTIFICATIVA

O GDUCC é um Projeto de Extensão que surgiu vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP e foi idealizado pelos Professores Livres Docentes Dr. Alvinho Augusto de Sá e Sérgio Salomão Shecaira em 2006, no âmbito do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia.

Em reunião ordinária do Grupo Investigações sobre Punição - GIP, no dia 04 de dezembro de 2015, na Universidade Estadual de Maringá – UEM, membros do Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá/PR, estiveram presentes e explanaram sobre o Projeto GDUCC, propondo uma parceria entre Universidade, o Conselho da Comunidade e as Unidades Prisionais, para a implantação deste trabalho na Comarca de Maringá/PR.

A principal justificativa do projeto é a ausência deste trabalho de reintegração social para as pessoas privadas de liberdade em Maringá, fato este

observado pelo Conselho da Comunidade, que acompanha o cotidiano dentro das Unidades Prisionais, onde os encarcerados permanecem desenvolvendo sempre as mesmas atividades rotineiras e o próprio abandono e descaso por parte do Estado em relação a esta população, onde não promove ações que possibilitem a reintegração social e nem tão pouco possui equipe de profissionais para atender esta demanda.

O GDUCC traz esta experiência mútua de aceitação social, com possibilidade de integração entre segmentos da sociedade tradicionalmente distantes (universidade/sociedade de um lado e de outro, o cárcere). Tudo isso por meio de um debate sobre temas importantes para a academia e para os presos, temas esses que permeiam, de forma clara ou velada, tanto a interação universidade-cárcere, quanto a relação destes com a comunidade.

Por meio das discussões os membros presentes na reunião decidiram pela elaboração e formalização do Projeto de Extensão, seguindo todos os tramites legais necessários para a sua execução, inclusive com assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá – UEM e Unidades Prisionais de Maringá/PR - Secretária de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP.

Em 2017, as atividades do Projeto GDUCC expandiu para a Casa de Custódia de Maringá – CCM e a Cadeia Pública de Maringá. Ressaltamos que na Cadeia Pública de Maringá o GDUCC é realizado com as mulheres privadas de liberdade.

A Universidade Estadual de Maringá realiza a abertura do edital, capacitação dos participantes, seleção e a emissão de certificados. Já o Conselho da Comunidade de Maringá é parceiro na execução, ou seja, acompanha os estudantes e comunidade, participa das rodas de diálogo, elabora relatórios. Ressaltamos que o Conselho faz a ponte na comunicação direta entre a universidade e as unidades prisionais, como acompanha as sub coordenações e realiza as devidas orientações para todo o grupo.

#### **4. OBJETIVO**

O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade – GDUCC tem por objetivo a promoção de encontros e diálogos autênticos, simétricos e transdisciplinares entre universitários, pessoas da comunidade e pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade, visando construir uma “ponte” entre

pessoas da sociedade livre e pessoas privadas de liberdade no cárcere visando a reintegração social.

## **5. METODOLOGIA**

No primeiro momento a Universidade realiza a abertura de um edital de chamamento público para todos os estudantes e membros da comunidade que tenham interesse em participar do Projeto, coordenado pelo Departamento de Direito Privado e Processual da UEM, no entanto todos os estudantes das Instituições de Ensino Superior – IES de Maringá podem se inscrever para participar. Após a inscrição, todos participarão de uma capacitação teórica, onde serão discutidos temas relacionados a criminologia, cárcere, Direitos Humanos, condutas éticas, entre outros. Ao término da capacitação é realizado um sorteio entre os membros para dar início as atividades dentro das unidades prisionais, por meio de encontros práticos, da mesma forma com o apoio da direção da Unidade Prisional haverá a seleção prévia dos internos, tendo em vista a verificar o interesse e a disponibilidade dos mesmos para participar do projeto. Serão selecionadas 20 (vinte) pessoas entre estudantes e membros da comunidade, 10 (dez) presos da Penitenciária Estadual de Maringá - PEM e 10 (dez) da Casa de Custódia de Maringá – CCM, que comporão dois grupos contendo 20 (vinte) pessoas em cada grupo. Da mesma forma serão selecionadas 05 (cinco) pessoas entre estudantes e membros da comunidade e 05 (cinco) presas da Cadeia Pública de Maringá que comporão outro grupo.

Dentro do cárcere as atividades se dão da seguinte forma: acontece um encontro semanal de diálogo entre os encarcerados, estudantes e membros da comunidade, sempre às terças-feiras no período vespertino, somando um total de 10 (dez) encontros. Os encontros contam com a presença de um coordenador geral, encarregado de conduzir o grupo. A dinâmica utilizada no grupo são os círculos de discussões temáticas. Parte dos temas serão propostos pelos/as acadêmicos e membros da comunidade e outra parte pelas pessoas privadas de liberdade. Trata-se de temáticas amplas, que envolvem debates sobre direitos humanos e cidadania. Ao término de cada encontro, é realizada entre a equipe e profissionais do presídio, se for o caso, uma reunião de discussão, avaliação e supervisão sobre o trabalho ocorrido, inclusive com relatoria, sobre o impacto da participação dos membros no encontro. Destacamos ainda que a dinâmica de coordenação preconiza a alternância de papéis, sendo que a cada encontro dois participantes coordenam as atividades do grupo e um outro membro se

responsabiliza pelo registro, garantindo desta forma o comprometimento de todos/as, facilitando inclusive à apropriação do projeto. Além do mais, como o objetivo principal do Projeto é o princípio de simetria de funções do grupo em relação aos presos, é proposto que em um dos encontros as próprias pessoas privadas de liberdade elaborem e coordenem as atividades do dia, tendo liberdade para escolha de dinâmicas ou de temas que queiram discutir. As discussões e debates em grupo sobre temas diversos, envolvem, numa relação de igualdade, onde estudantes, profissionais, membros da comunidade e encarcerados, se beneficiam enquanto seres humanos a partir da experiência do diálogo.

## 6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	PERIODICIDADE								2017			
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Formação dos grupos e definição das atividades				X	X				X			
Encontros para os diálogos universidade-cárcere-comunidade					X	X	X			X	X	X

## 7. ORÇAMENTOS

Item	Descrição dos itens de despesa	Unidade	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01	Lanches para o ciclo de palestras	Mensal	Mensal	R\$ 650,00	R\$ 650,00
		-	-		
<b>Total (R\$)</b>					<b>R\$ 650,00</b>
<b>Porcentagem</b>					<b>100%</b>

## 8. RESULTADOS ESPERADOS

O GDUCC não visa à melhoria do cárcere e nem propriamente da vida no cárcere, de acordo com Sá (2013), mas trabalha com o reencontro de partes historicamente conflituosas, trabalha com o diálogo dentro do contexto do conflito, propicia, assim, uma possibilidade de amadurecimento na forma de lidar com o conflito. Os resultados obtidos são imensuráveis, pois na medida em que se vê a inclusão social numa dimensão objetiva, a integração entre todos os participantes, diminuindo preconceitos, quebrando barreiras, ampliando a cidadania, enfim podemos afirmar que os objetivos são alcançados. Ocorre ainda uma mudança no olhar de todos para com o cárcere, onde os participantes (estudantes e comunidade externa), começam a enxergar que dentro do cárcere existem

pessoas, que pertencem a um grupo social, e aí o GDUCC cumpriu o seu papel quanto a reintegração social.

## 9. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Introdução a Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime. A caminho dos GULAG's em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2011.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

HESPANHA, Antônio Manoel. *Justiça e litigiosidade: história e perspectiva*. Porto: Calouste Gulbenkian, 1993.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Niterói: Luam, 1993.

RUSCHE, Geog; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SÁ, Alvin August de; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETAN, Maria Emília Accioli Nobre; Calderoni, Vivian. (Coordenadores). *GDUCC Grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade; Uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

WACQUANT, Lóic. *As Prisões da Miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Maringá, 07 de abril de 2016.



Helena Maria Ramos dos Santos  
Presidente